



**TERMO DE REFERÊNCIA (TR) – SERVIÇOS SEM DEMO Nº 7/2024 -
PRES/DG/COSE**

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada, devidamente registrada e autorizada pelo Poder Concedente, na prestação de serviço de **locação de 22 (vinte e dois) veículos automotores de pequeno porte** para transporte de passageiros, documentos e pequenas cargas, sendo 16 (dezesseis) veículos durante o período de 02 de setembro a 08 de outubro de 2024, totalizando 36 (trinta e seis) dias e 06 (seis) veículos durante o período de 02 de setembro a 28 de outubro de 2024, totalizando 56 (cinquenta e seis) dias, com vistas ao atendimento da demanda advinda do Pleito Municipal de 2024.

1.2 Detalhamento dos serviços que compõem a solução:

DESCRIÇÃO DO OBJETO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QTDE DIÁRIAS/ TAXAS	QTDE VEÍCULOS
Serviços de locação de veículos para atender às unidades da Justiça Eleitoral no Interior do Estado de RO, conforme especificações técnicas mínimas descritas no item 2.1 do Anexo I (1185364).	Diárias	576	16 veículos x 36 dias
Serviços de locação de veículos para atender às unidades da Justiça Eleitoral Capital do Estado de RO (Porto Velho), conforme especificações técnicas mínimas descritas no item 2.1 do Anexo I (1185364).	Diárias	336	06 veículos x 56 dias
Serviços de entrega e o recolhimento dos veículos nos locais indicados no Quadro 1 (item do Anexo I)	Taxas de serviço	44	Entrega: 22 veículos Recolhimento: 22 veículos

COMPOSIÇÃO UNITÁRIA DOS CUSTOS DOS SERVIÇOS

GRUPO	ITEM	MUNICÍPIO	SERVIÇOS	QTDE	PREÇO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	01	Guajará-	Valor da Locação por dia	36		



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

		Mirim	(diárias)			
			Valor da taxa de entrega do veículo	1		
			Valor da taxa de recolhimento do veículo	1		
	02	Jaru	Valor da Locação por dia (diárias)	36		
			Valor da taxa de entrega do veículo	1		
			Valor da taxa de recolhimento do veículo	1		
	03	Ji-Paraná	Valor da Locação por dia (diárias)	36		
			Valor da taxa de entrega do veículo	1		
			Valor da taxa de recolhimento do veículo	1		
	04	Vilhena	Valor da Locação por dia (diárias)	36		
			Valor da taxa de entrega do veículo	1		
			Valor da taxa de recolhimento do veículo	1		
	05	Ariquemes	Valor da Locação por dia (diárias)	36		
			Valor da taxa de entrega do veículo	1		
			Valor da taxa de recolhimento do veículo	1		
	06	Rolim de Moura	Valor da Locação por dia (diárias)	36		



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

			Valor da taxa de entrega do veículo	1		
			Valor da taxa de recolhimento do veículo	1		
	07	Pimenta Bueno	Valor da Locação por dia (diárias)	36		
			Valor da taxa de entrega do veículo	1		
			Valor da taxa de recolhimento do veículo	1		
	08	Cacoal	Valor da Locação por dia (diárias)	36		
			Valor da taxa de entrega do veículo	1		
			Valor da taxa de recolhimento do veículo	1		
	09	Ouro Preto do Oeste	Valor da Locação por dia (diárias)	36		
			Valor da taxa de entrega do veículo	1		
			Valor da taxa de recolhimento do veículo	1		
	10	Presidente Médici	Valor da Locação por dia (diárias)	36		
			Valor da taxa de entrega do veículo	1		
			Valor da taxa de recolhimento do veículo	1		
	11	Cerejeiras	Valor da Locação por dia (diárias)	36		
			Valor da taxa de entrega do	1		



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

			veículo			
			Valor da taxa de recolhimento do veículo	1		
	12	Alta Floresta do Oeste	Valor da Locação por dia (diárias)	36		
			Valor da taxa de entrega do veículo	1		
			Valor da taxa de recolhimento do veículo	1		
	13	Alvorada Do Oeste	Valor da Locação por dia (diárias)	36		
			Valor da taxa de entrega do veículo	1		
			Valor da taxa de recolhimento do veículo	1		
	14	Machadinho Do Oeste	Valor da Locação por dia (diárias)	36		
			Valor da taxa de entrega do veículo	1		
			Valor da taxa de recolhimento do veículo	1		
	15	São Francisco do Guaporé	Valor da Locação por dia (diárias)	36		
			Valor da taxa de entrega do veículo	1		
			Valor da taxa de recolhimento do veículo	1		
	16	Buritis	Valor da Locação por dia (diárias)	36		
			Valor da taxa de entrega do veículo	1		



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

			Valor da taxa de recolhimento do veículo	1		
			Valor da Locação por dia (diárias) - 6 (seis) veículos x 56 diárias	336		
	17	Porto Velho	Valor da taxa de entrega dos 6 (seis) veículos	6		
			Valor da taxa de recolhimento 6 (seis) veículos	6		
PREÇO TOTAL DOS SERVIÇOS						

1.3. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme indicado no item 2 do Estudo Técnico Preliminar, anexo deste Termo de Referência.

1.4. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS VEÍCULOS: Os veículos a serem disponibilizados deverão ser de pequeno porte; potência mínima de 1.000 cilindradas, direção hidráulica, ano de fabricação 2021 ou posterior, com ar-condicionado integrado; 04 (quatro) portas; capacidade para 05 (cinco) passageiros (incluindo condutor); bicomustível; equipado com aparelho de som; película de maior proteção permitida por lei; cinto de segurança de três pontos para os passageiros laterais e abdominal para o passageiro central no banco traseiro e todos os equipamentos obrigatórios de segurança exigidos por lei (macaco, chave de rodas, pneu reserva, extintor de incêndio, triângulo, etc.) e em excelente estado de conservação.

1.5. O prazo de vigência do futuro contrato será definido pela quantidade de dias entre a assinatura do contrato até o dia 28 de outubro de 2024, acrescido do prazo adicional de 60 (sessenta) dias necessário para finalização das medidas de fiscalização, pagamento e encerramento do contrato.

1.5.1. O serviço não é enquadrado como continuado tendo em vista que as obrigações da empresa se encerram com a devolução dos veículos.

1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar - ETP evento [1198398](#), **apêndice deste Termo de Referência.**

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual, conforme detalhamento a seguir: Cose-002.

2.3. Tratando-se de locação de veículos para atividades relacionadas às eleições de 2024, por sua especificidade, não há compatibilidade com o sistema de registro de preços.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada no tópico 7, requisitos temporais, matéria específica do Estudo Técnico Preliminar - ETP evento [1198398](#), apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Os veículos a serem disponibilizados deverão ser de pequeno porte; potência mínima de 1.000 cilindradas, direção hidráulica, ano de fabricação 2021 ou posterior, com ar-condicionado integrado; 04 (quatro) portas; capacidade para 05 (cinco) passageiros (incluindo condutor); bicomustível; equipado com aparelho de som; película de maior proteção permitida por lei; cinto de segurança de três pontos para os passageiros laterais e abdominal para o passageiro central no banco traseiro e todos os equipamentos obrigatórios de segurança exigidos por lei (macaco, chave de rodas, pneu reserva, extintor de incêndio, triângulo, etc.) e em excelente estado de conservação.

4.2 Cada um dos veículos locados terá **quilometragem livre** durante todo o período de locação.

4.3 PERÍODO DE LOCAÇÃO: 16 (dezesseis) veículos durante o período de 02 de setembro a 08 de outubro de 2024, totalizando 36 (trinta e seis) dias e 06 (seis) veículos durante o período de 02 de setembro a 28 de outubro de 2024, totalizando 56 (cinquenta e seis) dias, conforme quadro abaixo:

QUADRO III			
Veículos	Período	Diárias no período	Total de diárias de todos os veículos no período
16	02/09 a 08/10/2024	36	576
06	02/09 a 28/10/2024	56	336



Total de diárias	912
------------------	-----

4.4 DO SEGURO

Os veículos deverão estar segurados, cujas coberturas deverão ter os seguintes valores mínimos:

- a) Veículo – furto, roubo, acidentes, incêndio, etc: Valor integral do veículo;
- b) Responsabilidade Civil – Danos Materiais: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais);
- c) Responsabilidade Civil – Danos Pessoais: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);
- d) Acidente Pessoal de Passageiros (APP) - Morte: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por pessoa: e
- e) Acidente Pessoal de Passageiros (APP) – Invalidez Permanente: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) por pessoa.

4.4.1 DO PAGAMENTO DE FRANQUIA DE SEGURO

Na ocorrência de eventuais sinistros (acidentes, incêndios, roubos, furtos e etc.) que necessitem do acionamento do seguro do automóvel, este Tribunal ficará responsável pelo pagamento da respectiva franquia, desde que o fato gerador tenha ocorrido dentro do período de vigência do contrato de locação.

Desta forma, a Administração deve providenciar a devida reserva orçamentária para cobrir custos de cobertura da referida franquia na eventual ocorrência de sinistro.

Para efeitos de estimativa, esta Unidade achou prudente delimitar o percentual de 26 % dos veículos locados para a reserva orçamentária destinada ao pagamento de franquia, o que equivale a seis unidades de veículos locados. Assim, como o valor para o pagamento de franquia não deve ser superior a R\$ 2.000,00 (dois mil reais) por sinistro, fica consignado o montante de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) para o suprimento da eventual despesa, com possibilidade de reforço da reserva orçamentária e/ou de empenho em caso de necessidade.

Sustentabilidade:

4.5 PLS TRE-RO 2020-2025:

O art. 5º da Lei n. 14.133/2021 reproduz o Princípio do Desenvolvimento Sustentável, que recentemente fora albergado no art. 3º da Lei n. 8.666/93.

Por sua vez, a Resolução CNJ n. 347/2020 estabelece que os órgãos do Poder Judiciário devem prever critérios de sustentabilidade em suas contratações, tais como: métodos utilizados para avaliação e especificação de bens, materiais, serviços e obras em função do seu impacto ambiental, social, cultural e econômico, no mínimo, com base nos planos de gestão de logística sustentável – PLS de cada órgão, cuja gestão está prevista no art. 4º dessa norma.

Neste Tribunal, o PLS 2020-2025 foi instituído através da Portaria TRE-RO n. 131/2020.

Após consulta ao referido Plano, verificou-se que

(☒) **não há ações** e estratégias voltadas ao desenvolvimento sustentável diretamente associadas associadas ao objeto pretendido nesta contratação.

Todavia, o art. 21 da Resolução CNJ n. 400/2021 estatui que as aquisições e contratações realizadas pelos órgãos do Poder Judiciário devem observar os critérios de sustentabilidade quanto aos bens, serviços e obras, inclusive na execução de reformas, na locação, aquisição e manutenção predial de bens imóveis, citando, entre eles, alguns que constam da Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 01/2010 que, de igual forma, também dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal.

Em razão desses normativos, estão sendo exigidos os seguintes requisitos

(☐) sociais

(☒) ambientais

(☐) econômicos

(☐) culturais

das empresas prestadoras contratadas:

Exigir-se-á da futura contratada, como medida sustentável para a contratação pretendida, a obrigação de fornecimento de toda documentação relacionada à execução contratual em meio digital, sempre que possível.

Subcontratação:



4.6 A empresa que vier a ser contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir objeto do Contrato, no todo ou em parte, a terceiros, sob pena de rescisão do contrato.

Garantia da contratação:

4.7 Será exigida a garantia da contratação de que tratam os [arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), no **percentual de 5% do valor contratual**, conforme regras previstas no contrato.

4.7.1 A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato.

4.7.2 No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.8 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução:

5.1 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1 Início da execução do objeto: 16/08/2024;

5.1.2 Cronograma de realização dos serviços:

a) Os veículos serão disponibilizados pela empresa nos locais apontados no quadro abaixo e nos seguintes períodos: 16 (dezesseis) veículos durante o período de 02 de setembro a 08 de outubro de 2024, totalizando 36 (trinta e seis) dias e 06 (seis) veículos durante o período de 02 de setembro a 28 de outubro de 2024, totalizando 56 (cinquenta e seis) dias, conforme quadro abaixo:

LOCALIDADE	ENDEREÇO DE ENTREGA	QTDE DE DIÁRIAS	QUANTIDADE DE VEÍCULOS
PORTO VELHO	Anexo III do TRE-RO: Av. Presidente Dutra, nº 1889 Baixa da União, Porto Velho - RO	56	6
JÍ-PARANÁ	Avenida Elias Cardoso Balau, 1010, Aurélio Bernardi, Jí-Paraná-RO	36	1
OURO PRETO DO OESTE	Av. Cap. Silvío Gonçalves de Farias, 500 - Do Incra, Ouro Preto do Oeste - RO		1



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

PRESIDENTE MÉDICE	Av. Porto Velho, 2169 Ernandes Gonçalves, Pres. Médici -RO		1
VILHENA	BR-174 (Av. Jô Sato), nº 249 – Jardim América, Vilhena/RO		1
CEREJEIRAS	Panamá, 3233, Alvorada – Cerejeiras/RO		1
CACOAL	Avenida Brasil, 377, Liberdade, Cacoal/RO		1
PIMENTA BUENO	Rua 21 DE ABRIL, nº 118		1
GUAJARÁ-MIRIM	Av. Duque de Caxias, 1848, 10 de Abril – Guajará-Mirim/RO		1
ARIQUEMES	Av. Capitão Sílvia, 3354 – Bairro Setor das Grandes Áreas – Ariquemes/RO		1
BURITIS	Av. Foz do Iguaçu, 1876, Setor 03 – Buritis/RO		1
JARU	Marechal Rondon, 2578, Setor 03, Jaru/RO		1
MACHADINHO DO OESTE	Av. Marechal Dutra, 3784, União, Machadinho do Oeste/RO		1
ROLIM DE MOURA	Corumbiara, 4707, Centro – Rolim de Moura/RO		1
ALTA FLORESTA	Rua Piauí, 3340, Princesa Isabel		1
SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ	Av. Brasil, 3742, Centro, São Francisco do Guaporé/RO		1
ALVORADA DO OESTE	Emílio Ribas, 5439, Cidade Alta, Alvorada do Oeste/RO		1

5.2 As datas e os prazos de execução dos serviços **não** admitem alteração ou prorrogação, posto tratar-se de evento certo definido pela Lei das Eleições, sendo que o descumprimento dos prazos trará prejuízos irreparáveis à segurança das Eleições 2024.

5.3. Deveres e Responsabilidades do contratante:

5.3.1 Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidas no instrumento de contrato;

5.3.2 Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;

5.3.3 Reunir-se com a contratada, sempre que solicitado ou quando julgar necessário para definir detalhes ou esclarecer aspectos relacionados à execução dos serviços;

5.3.4 Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotar em registro próprio as falhas detectadas e comunicar à contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas de parte desta;

5.3.5 Notificar a contratada para, no prazo máximo concedido, contados do recebimento da notificação, cumprir obrigações relacionadas aos aspectos em desacordo com as regras do contrato, alertando sobre as sanções que poderão ser aplicadas nas hipóteses de descumprimentos injustificados;

5.3.6 Rejeitar, através do fiscal contrato, a execução dos serviços em desacordo com as obrigações estabelecidas no contrato e fixar prazo para a correta execução do objeto;

5.3.7 Apresentar os veículos limpos e abastecidos para recolhimento nos locais indicados; e

5.3.8 Exercer quaisquer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública.

5.4 Deveres e Responsabilidades da Contratada:

5.4.1 Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições para a execução do objeto nos termos estabelecidos na sua proposta comercial, neste TR, no edital e no instrumento de contrato;

5.4.2 Aceitar, atendendo à conveniência e necessidades do contratante, acréscimos ou supressões do objeto da contratação em até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor total ou estimado do contrato, na forma do artigo 125 da Lei n. 14.133/2021;

5.4.3 Apresentar garantia Contratual;

5.4.4 Apresentar os veículos nos endereços discriminados no item 5.1.2 deste documento até o dia 02 de setembro de 2024 com os tanques abastecidos em sua capacidade máxima, limpos e em perfeitas condições de uso e funcionamento para cumprimento integral do contrato;

5.4.5 Apresentar, quando da entrega dos veículos, cópias do Certificado de Registro de Licenciamento de Veículos, cópias das apólices do seguro referidas no item 4 deste documento e cópias dos seguros DPVAT.

5.4.6 Responder solicitações para elucidação de eventuais questões relacionadas à execução do contrato;

5.4.7 Responsabilizar-se técnica e administrativamente pelo objeto contratado, não sendo aceito, sob qualquer pretexto, a transferência de responsabilidade a outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros;

5.4.8 Substituir, em caso de falhas mecânicas, acidentes e panes, os veículos que apresentarem problemas, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da data da comunicação da ocorrência pelo CONTRATANTE, devendo o veículo ser entregue no município onde o veículo estava disponibilizado;

5.4.9 Responsabilizar-se por todos os custos de manutenção dos veículos e reparos necessários, inclusive troca de óleo lubrificante do motor; e

5.4.10 Comunicar ao gestor do contrato, por escrito, toda e qualquer anormalidade de caráter urgente que possa impossibilitar a execução do objeto do contrato e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

5.4.11 Arcar com a todos os custos diretos e indiretos que incidam sobre a execução do objeto do contrato, tais como: impostos, taxas, encargos, mão de obra, materiais, equipamentos e todos os demais incidentes;

5.4.12 Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao Tribunal ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras combinações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

5.4.13 Manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na contratação.

5.4.14 Cumprir as demais disposições contratuais, legais, principalmente da legislação específica aplicável à execução do objeto do contrato.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.1.1 Na forma do art. 95 da Lei n. 14.133/2021, será firmado

(x) contrato;

() o contrato será substituído por nota de empenho (art. 95, II, Lei 14.133/2021).

6.2 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.3 Após a assinatura do contrato **ou instrumento equivalente**, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.4 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

6.5 O fiscal técnico do contrato, quando houver, acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.6 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.7 O gestor do contrato - ou a equipe de gestão - coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.8 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei n. 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto n. 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.9 O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1 A avaliação da execução do objeto utilizará:

(x) Termo de recebimento provisório.

7.1.1 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

I - não produziu os resultados acordados,

II - deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

III - deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2 A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

I - Os pagamentos dos serviços serão realizados após o retorno de cada viagem, mediante ordem bancária, através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até o 5º (quinto) dia útil contado da data em que a Fatura/Nota Fiscal for atestada pela Comissão de Segurança das Eleições - COSE;

II - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidades ou inadimplências sem que isso gere direito a reajustamento ou realinhamento de preços.

Do recebimento:

7.4 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no dia 16/10/2024, pelos fiscais, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133](#) e [Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.5 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.5.1 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#))

7.6 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.7 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.7.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo

contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.7.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.7.3 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.7.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.7.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.8 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.9 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.10 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação:

7.11 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.11.1 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.12 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I - o prazo de validade;
- II - a data da emissão;
- III - os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV - o período respectivo de execução do contrato;
- V - o valor a pagar; e
- VI - eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.13 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.14 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.15 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.16 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.17 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.18 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.19 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento:

7.20 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.21 Pelos eventuais atrasos dos pagamentos, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data que o pagamento deveria ter ocorrido e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Na qual:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

7.21.1 a compensação financeira será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

Forma de pagamento:

7.22 O pagamento será realizado mediante ordem bancária ou por OBPIX, por meio do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da nota fiscal/fatura, após o recebimento definitivo dos bens ou dos serviços atestados pelo fiscal e autorizado pelo gestor do contrato, aplicadas as retenções legais, inclusive quanto à legislação municipal do imposto sobre serviços.

7.22.2 Para o pagamento por meio de OBPIX serão aceitas chaves PIX nos formatos CPF/CNPJ, email, número de celular ou chave aleatória.

7.22.3 Poderá ainda o pagamento via OBPIX utilizar apenas o domicílio bancário (banco, agência e nº de conta), desde que haja chave PIX cadastrada para o domicílio bancário, exigindo-se, contudo, que a contratada informe tratar-se de conta corrente ou conta poupança.

7.22.4 O pagamento via OBPIX não será realizado caso apresentado apenas imagem de QR-Code.



7.23 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.24 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.24.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo (☒) (MENOR PREÇO OU (☐) MAIOR DESCONTO.

(☐) por item

(☒) por grupo (lote).

8.2 Há anexos da proposta?

(☒) Não;

(☐) sim, relacionar todos e apontar o item do TR que contém a exigência:

8.3 Deverá ser adotada modo de disputa por lances:

(☒) aberto;

(☐) aberto e fechado;

(☐) fechado e aberto,

com intervalo mínimo de 0,5% (meio por cento) entre os lances (art. 22, § 1º da IN SEGES/ME n. 73/2022).

8.4 Divulgação do preço estimado:

(☐) Sim.

(☒) Não. **Justificativa (art. 24, L. 14.133/2021):** Na busca da proposta mais vantajosa por meio da disputa dos licitantes, opina-se pela não divulgação do preço estimado dos serviços

8.5 Exclusividade na participação de microempresas e empresas de pequeno porte no certame (art. 4º, L. 14.133/2021):

() SIM, informar o dispositivo da LC 123/2006;

(x) NÃO, em razão do valor estimado ultrapassar o limite, artigo 48, inciso I da Lei Complementar nº 123/2006: Estabelece a exclusividade nas contratações cujo valor seja de até R\$ 80.000,00.

EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO: Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.6 Habilitação jurídica: Os requisitos de habilitação jurídica serão definidas no edital do certame.

8.7 Habilitação fiscal, social e trabalhista: Os requisitos de habilitação fiscal, social e trabalhista serão definidas no edital do certame.

8.8 Qualificação Econômico-Financeira:

8.8.1 Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelo setor de distribuição do foro onde fica a sede da pessoa jurídica;

Caso seja positiva a certidão de recuperação judicial ou extrajudicial, o pregoeiro exigirá que a licitante apresente a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação.

A licitante em recuperação judicial ou extrajudicial, com plano de recuperação judicialmente acolhido, deverá, ainda assim, comprovar todos os demais requisitos de qualificação econômico-financeira previstos no edital e seus anexos.

8.9 Qualificação Técnica:

8.9.1 Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.9.1.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas: Realização de **serviços de locação de veículos de pequeno porte** compatíveis com aqueles para os quais a licitante está ofertando proposta.

8.9.1.2 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 O custo estimado total da contratação é de R\$ _____, conforme os custos unitários detalhados e inseridos na Informação Conclusiva do Valor Estimado da contratação (evento [1197664](#)).

9.2 O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

9.3 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da apresentação da proposta comercial.

9.4 A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

9.5 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da apresentação da proposta comercial.

9.5.1 Na ocorrência excepcional de prorrogação contratual, independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, da:

- (x) variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA;

- () outro índice (indicado pela unidade demandante):

Exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade originária, para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

9.5.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, em casos de outras excepcionais prorrogações contratuais, o interregno mínimo de um ano será contado da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido.

9.5.3 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s). Na ocorrência dessa hipótese, fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente.

9.5.4 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

9.5.5 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

9.5.6 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 A fonte orçamentária para o custeio das despesas da contratação está indicada no quadro adiante:

FONTE ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA				
Tipo de Orçamento	Item de despesa do planejamento orçamentário	Plano Interno	Previsão de execução orçamentária por ano	
			exercício corrente (R\$)	próximo(s) exercício(s) ¹ (R\$)
Pleitos Eleitorais	Locação de Meios de Transporte	FUN LOCVEI	R\$ _____	
Total por exercício financeiro			R\$ _____	
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:				
Nota1: Sendo necessário, incluir colunas com os demais exercícios.				

11. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES APLICÁVEIS

11.1. Multa: de 0,5% (meio cinco por cento) até o máximo de 30% (trinta por cento) do valor do contrato, aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 156 da L. 14.133/21, observados as situações descritas no seu § 1º:

a) Moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado **sobre o valor da obrigação inadimplida**, até o limite de 04 (quatro) dias;

b) Moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado **sobre o valor total do contrato**, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância dos prazo fixados para cumprimento da **garantia, manutenções e assistência técnica**;

c) Moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado no cumprimento das **demaís obrigações inadimplidas**, até o limite de 06 (seis) dias;

i. O atraso superior autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o [inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021](#).

d) Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contato, no caso de **inexecução total** do objeto.

11.2. As demais sanções serão previstas no edital e/ou no contrato.

<div>_____ Responsável EDUARDO RAMOS ESPICALSKY</div>	
OU	
Equipe de Planejamento da Contratação	
<div>_____ Integrante</div>	<div>_____ Integrante</div>
<div>_____ Integrante</div>	<div>_____ Integrante</div>



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO RAMOS ESPICALSKY, Membro(a) da COSE**, em 05/08/2024, às 16:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1208707** e o código CRC **D1519C78**.

0001350-24.2024.6.22.8000

1208707v5